



COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 ACOMPANHADAS DO
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstrações do Resultado	7
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	11



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.

Teresina, 05 de maio de 2025.

CE-223-2025.1

**COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPIA
Teresina - PI**

Atenção dos Diretores e Acionistas

Prezados,

Temos a satisfação de compartilhar com V.Sas. o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPIA** (CNPJ nº 04.934.243/0001-58) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Este relatório final é o resultado de uma minuciosa auditoria, com o objetivo de oferecer uma visão completa e embasada sobre a situação financeira e patrimonial da empresa.

Durante os procedimentos de auditoria, enfrentamos desafios significativos que demandaram uma abordagem criteriosa e detalhista. Superar esses desafios reforça nosso compromisso em fornecer informações apropriadas e relevantes.

Acreditamos que nosso relatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis a seguir, fornecerá informações valiosas para a compreensão da performance da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPIA** e contribuirá para direcionar futuras estratégias.

A confiança depositada em nosso trabalho é de extrema importância e nos motiva a continuar aprimorando nossos processos e serviços. Portanto, estamos à disposição para esclarecer para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário e comentários da administração.

Atenciosamente,



**PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC Nº 2SP025652/O-0**

Assinado por:

Cleverson Lacerda

8A78B9774073482
Cleverson Lacerda Silva
CTCRC Nº 1SP289079/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
 contato@pkfbrazil.com.br
 pkfbrazil.com.br

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

CE-223-2025.1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Conselheiros da
COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada a fase pré-operacional

Chamamos atenção da nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis onde descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e entende que não há indícios que possam gerar dúvidas significativas quanto a futura implantação. O início das operações dependerá de eventos futuros, dentre os quais a construção de gasoduto, que demandará novos investimentos e construção e implantação de uma Unidade Termelétrica a Gás Natural, com o objetivo de entrega de energia a partir, originalmente, do segundo semestre de 2024, que após avaliação do andamento do projeto, esse prazo foi alterado para 2025. A administração entende que até a conclusão da fase de implantação e início da geração de receita, aportes adicionais de recursos por parte dos acionistas controladores serão necessários para que a empresa mantenha sua capacidade de caixa. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da futura implantação e continuidade operacional. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante quanto ao início de suas atividades. Dessa forma, essas demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 02 de maio de 2025.



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

Assinado por:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cleverson Lacerda".
8A78B9774073482
Cleverson Lacerda Silva
CTCRC N° 1SP289079/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Balanço Patrimonial apresentado em Reais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	457.778	218.749	Fornecedores	10	5.669	2.736
Créditos com Terceiros	5	5.357	7.610	Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	11	1.365	40.167
Ativo Fiscal Corrente	6.a	4.495	6.466	Partes Relacionadas	12	290.330	269.922
Despesas Antecipadas		560	1.076			297.364	312.825
		468.190	233.901				
Ativo Não Circulante				Patrimônio Líquido			
Investimentos	7	15.075	49.582	Capital Social	13.a	14.000.000	10.002.674
Ativo Fiscal não Corrente	6.b	5.195	884	Adiantamento para aumento de Capital	13.b	2.015.614	4.575.500
Imobilizado	8	8.764	10.096	Prejuízos acumulados		(15.807.163)	(14.595.918)
Intangível	9	8.591	618			208.451	(17.744)
		37.625	61.180				
Total do Ativo		505.815	295.081	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		505.815	295.081

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPIA

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Resultado apresentado em Reais

	Nota	2024	2023
Despesas			
Gerais e Administrativas	14	(1.129.296)	(1.606.237)
Outras despesas - Perda por redução ao valor recuperável em Investimentos		(90.043)	-
Resultado Operacional		(1.219.339)	(1.606.237)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	15	16.133	2.895
Despesas Financeiras	15	(8.039)	(7.877)
		8.094	4.982
Prejuízo Líquido do Exercício		(1.211.245)	(1.611.219)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Resultado Abrangente apresentado em Reais

Nota	2024	2023
Prejuízo Líquido do Exercício	(1.211.245)	(1.611.219)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente	(1.211.245)	(1.611.219)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em Reais

Nota	Adiantamento para futuro aumento de Capital			Total do patrimônio líquido
	Capital Social	para futuro aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.002.674	3.025.500	(12.984.700)	43.474
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	-	1.550.000	1.550.000
Prejuízo do exercício		-	(1.611.218)	(1.611.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.002.674	4.575.500	(14.595.918)	(17.744)
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	-	1.437.440	1.437.440
Integralização de Capital	13.b	3.997.326	(3.997.326)	-
Prejuízo do exercício		-	(1.211.245)	(1.211.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.000.000	2.015.614	(15.807.163)	208.451

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Fluxo de caixa apresentado em Reais

	Nota	2024	2023
Atividade Operacional			
Prejuízo Líquido do Exercício		(1.211.245)	(1.611.218)
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação e Amortização	8 e 9	4.773	5.376
Perda por redução ao valor recuperável em Investimentos		90.043	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		(8.368)	-
Prejuízo Ajustado		(1.124.797)	(1.605.842)
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo			
Créditos com Terceiros		2.253	(285)
Ativo Fiscal		(2.340)	1.351
Despesas Antecipadas		516	(653)
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo			
Fornecedores		3.999	(3.745)
Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais		(38.802)	13.039
Outras Contas a Pagar		20.408	211.988
Caixa Consumido pela Atividade Operacional		(1.138.763)	(1.384.147)
Atividades de Investimento			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Coligadas		(55.536)	(40.462)
Adições do Ativo Imobilizado	8.c	(2.700)	(1.603)
Adições do Ativo Intangível	9.c	(1.412)	(1.302)
Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		(59.648)	(43.367)
Atividades de Financiamento			
Recebimento de Aportes dos Sócios para Futuro Aumento de Capital	13.b	1.437.440	1.550.000
Caixa Gerado pela Atividade de Financiamento		1.437.440	1.550.000
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		239.029	122.486
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5	218.749	96.263
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5	457.778	218.749
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		239.029	122.486

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Findo em dezembro de 2024 e 2023

Notas apresentadas em Reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Companhia de Gás do Piauí – GASPISA (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 28 de fevereiro de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 5.192, de 25 de maio de 2001, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Piauí, no prazo de 30 anos (até o dia 24 de maio de 2031), podendo ser prorrogado por igual período.

A Companhia tem por objeto social a exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Piauí, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. Poderá também exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros e, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

Em 21 de dezembro de 2005, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), promulgou a Licença Prévia (no 220/2005) para instalação do gasoduto Meio Norte, com extensão de 948 quilômetros, que ligará os estados do Maranhão e Ceará, passando pelo estado do Piauí.

Em 23 de novembro de 2006, o Gasoduto Meio Norte recebeu a Licença de Instalação LI, tornando-se o segundo maior gasoduto já licenciado no país. A Autorização de Construção do Gasoduto Meio Norte foi expedida pela ANP, em 26 de dezembro de 2006, sob o no 360.

Continuidade Operacional

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Para o início das operações, a distribuição de gás natural comprimido e/ou liquefeito deverá ocorrer via caminhões. Para que tenha operacionalização plena, faz-se necessário a distribuição de gás canalizado, a qual depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto Pecém, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí ou tendo como origem as descobertas na Bacia do Parnaíba - MA ou ainda a partir de descobertas de gás natural na porção piauiense da mesma bacia. Administração continua monitorando suas operações e não identificou nenhuns eventos com indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos.

As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a Companhia não conseguir iniciar sua total operação. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtida através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros. Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e dependerá de novos aportes de acionistas para continuar em fase pré-operacional no ano de 2025. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pressuposto normal de continuidade operacional.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

A Administração da Empresa aprovou a emissão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 04 de abril de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 2.4.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão expressas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando de outra forma indicado.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- Nota 8 – Depreciação;
- Nota 9 – Amortização.

3. Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis são:

a) Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Empresa e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Empresa.

Ativos Financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos e caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração Subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Empresa pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos Financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores e Outras obrigações.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos.

iii. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “*Impairment*”

A Administração da Companhia avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Não foram identificados indícios de Impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Companhia tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

f) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2024	2023
Contas Correntes		
Banco do Brasil S. A	-	121.920
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil S.A.	457.778	96.829
	457.778	218.749

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas que variam entre 86,5% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificados pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Créditos com Terceiros

	2024	2023
THE Imobiliária Ltda	5.357	5.357
Raimundo Ferreira da Silva	-	1.966
Adiantamento a Dirigentes e a Conselheiros	-	287
	5.357	7.610

O saldo de créditos com terceiros refere-se, principalmente, a valores depositados como caução em garantia do aluguel de salas comerciais. A devolução desses valores está prevista para ocorrer em 2025, considerando a futura desocupação dos imóveis.

Além disso, o montante classificado como adiantamento a fornecedores, especificamente o valor repassado ao Sr. Raimundo Ferreira da Silva, foi reconhecido como despesa no exercício de 2024, uma vez que não há possibilidade de resarcimento desse montante nem perspectiva de realização de novos serviços pelo fornecedor.

6. Impostos, Taxas e Contribuições

a. Ativo Fiscal Corrente

	2024	2023
IRRF sobre Aplicações Financeiras	3.065	4.310
PIS a Recuperar	352	458
COFINS a Recuperar	1.045	1.698
INSS a Recuperar	33	-
	4.495	6.466

O crédito relativo ao imposto de renda é oriundo de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras. O saldo composto por valores de créditos do PIS e COFINS, apurados pelo rendimento de aplicação financeira, são compensados pelos créditos admitidos pela legislação.

b. Ativo Fiscal não Corrente

	2024	2023
Compensações / Restituições Fiscais em Andamento	5.195	884
	5.195	884

O montante demonstrado na conta refere-se ao IRRF sobre aplicações financeiras referente aos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 realizados através de PERDCOMP. As baixas desses valores serão realizadas após o deferimento da RFB.

7. Investimentos

	2024	2023
TMN Transportadora S.A.	711.707	630.784
(-) Perda por Valor Recuperável do Ativo	<u>(711.707)</u>	<u>(621.664)</u>
	-	9.120
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.075	40.462
	15.075	49.582

A coligada TMN Transportadora S.A. tem como principal objeto a engenharia, construção, instalação, exploração comercial, operação e manutenção de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas partindo do “City-Gate” da Petrobras, localizado no Município de Pecém (CE), passando pelos Estados do Piauí e Maranhão.

Após análise do valor recuperável dos ativos da investida (impairment), realizada em 2018, a Diretoria da GASPIA entendeu que o investimento reduziu sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, logo, ele foi deduzido em conta de perda por não recuperabilidade (perda por impairment).

Em 2021 houve Adiantamento para Futuro Aumento de Capital concedido por esta Companhia em favor da TMN Transportadora S/A no montante de R\$ 9.120. Em 2022 o AFAC foi integralizado no capital social da TMN Transportadora S/A. Foi aprovado o aumento de capital social em 12 de julho 2023 através da 35ª AGE cabendo à GASPIA o valor de R\$ 80.923,00 dividido em duas parcelas de R\$ 40.461,50. Em 16/01/2024 foi registrado a 35ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária na Junta Comercial do Piauí sob nº 20230860150. Atualmente a GASPIA possui um capital subscrito no valor de R\$ 711.707.

Em 2024, o valor do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) recebido pela Gaspisa foi de R\$ 15.075.

Atualmente, a Companhia continua em fase pré-operacional e ainda dependerá de novos aportes de acionistas para continuar em fase pré-operacional no ano de 2025. O início das operações depende da assinatura de contratos de compra e venda de gás natural com os possíveis supridores e as distribuidoras de gás dos Estados do Maranhão e do Piauí e da captação de recursos com instituições financeiras.

	2024	2023
Número de ações:		
Preferenciais	711.707	630.784
Integralizadas	711.707	630.784
Capital social - R\$	11.797.916	10.455.916
Patrimônio Líquido - R\$	711.707	804.250
Percentual de participação no capital subscrito %	6,03%	6,03%
Movimentação do Investimento		
Saldo inicial	49.582	9.120
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.075	40.462
Integralização de Capital	40.461	-
Redução ao Valor Recuperável no Investimentos em Coligadas	(90.043)	-
Saldo final	15.075	49.582

8. Imobilizado

a. Composição Contábil

	Custo	Depreciação	2024	2023
			Líquido	Líquido
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	44.772	(39.478)	5.294	8.254
Computadores e Periféricos	16.110	(12.640)	3.470	1.842
	60.882	(52.118)	8.764	10.096

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos para aferidos para que o ativo entre em operação. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	10%	10
Computadores e Periféricos	20%	5
Equipamentos de Telefonia	10%	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Imobilizado

	2022	Adições	Baixas	2023	Adições	Baixas	2024
Custo							
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	44.772	-	-	44.772	-	-	44.772
Computadores e Periféricos	11.807	1.603	-	13.410	2.700	-	16.110
	56.579	1.603	-	58.182	2.700	-	60.882
(-) Depreciação							
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(33.484)	(3.034)	-	(36.518)	-	(2.960)	(39.478)
Computadores e Periféricos	(10.713)	(855)	-	(11.568)	-	(1.072)	(12.640)
	(44.197)	(3.889)	-	(48.086)	-	(4.032)	(52.118)
Imobilizado, líquido	12.382	(2.286)	-	10.096	2.700	(4.032)	8.764

9. Intangível

a. Composição Contábil

	Custo	Amortização	2024 Líquido	2023 Líquido
Marcas e Patentes	8.591	-	8.591	618
Softwares	5.130	(5.130)	-	-
	13.721	(5.130)	8.591	618

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico, através do custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Softwares	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Intangível

	2022	Adições	Baixas	2023	Adições	Ajuste	2024
Custo							
Marcas e Patentes	5.877	1.302	-	7.179	1.412	-	8.591
Softwares	5.130	-	-	5.130	-	-	5.130
	11.007	1.302	-	12.309	1.412	-	13.721
Amortização							
Marcas e Patentes	(5.074)	(1.487)	-	(6.561)	(741)	7.302	-
Softwares	(5.130)	-	-	(5.130)	-	-	(5.130)
	(10.204)	(1.487)	-	(11.691)	(741)	7.302	(5.130)
Intangível, líquido	803	(185)	-	618	671	7.302	8.591

As adições são decorrentes de gastos com serviços de acompanhamento de registro de marca Gaspisa.

10. Fornecedores

	2024	2023
Fortes Tecnologia em Sistemas LTDA	1.669	1.669
Posto Uchoa Maxxi LTDA	-	1.067
Contalger Assessoria Contábil e Gerencial Ltd	4.000	-
	5.669	2.736

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de contrato e mercado no momento das negociações de compras, os pagamentos são liquidados em até 30 (trinta) dias.

11. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	2024	2023
Férias e Encargos a Pagar	-	29.646
IRRF a Recolher (i)	-	6.013
INSS a Recolher	1.184	4.373
Outros	179	135
	1.363	40.167

(i) Referem-se aos valores retidos da Remuneração de Dirigentes, Conselheiros e Assessoras. Os valores são calculados conforme o princípio da competência e as legislações vigentes.

A Gaspisa não possui funcionários a partir do mês de agosto de 2024. A partir desta data a Companhia passa a ter apenas o Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico e Comercial.

12. Partes Relacionadas

	2024	2023
Reembolso do DAF - Termogás	285.976	265.568
Reembolso do DTC - Petrobras	4.320	4.320
Outros	34	34
	290.330	269.922

Refere-se a obrigações a pagar com partes relacionadas, decorrentes do reembolso de remuneração (honorários e encargos sociais) do Diretor Técnico e Comercial (DTC) e do Diretor Administrativo e Financeiro (DAF), cedido pela Termogás S.A. Os presentes valores referem-se aos meses cujo saldo ainda não foram liquidados financeiramente.

a. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a remuneração total (salários e encargos sociais) dos conselheiros e diretores da Companhia foi de R\$ 487.984 e de R\$ 783.854 respectivamente.

13. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

Em 17 de junho de 2024, foi registrada a 46ª Ata de AGE, aprovando a subscrição de R\$ 7.747.326 ao Capital Social da GASPISA. Com esse aumento, o capital social subscrito da empresa passou de R\$ 12.252.674,00 para R\$ 20.000.000.

Desse montante, R\$ 3.997.326,00 foram integralizados por meio dos aportes já realizados pelos acionistas até 30 de setembro de 2023. Com a subscrição de 1.161.912 novas ações, o número total de ações da companhia aumentou de 2.907.468 para 4.069.380 ações.

Em 31 de dezembro de 2024 (antes do desdobramento das ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação	Capital Integralizado
Estado do Piauí	1.240.347	413.449	1.653.796	40,64%	5.689.600
Termogás S.A.	794.343	1.621.241	2.415.584	59,36%	8.310.400
Total	2.034.690	2.034.690	4.069.380	100%	14.000.000

O desdobramento do valor unitário das ações de 3,44 para 1 real cada foi aprovado na 46ª Ata de AGE. A Companhia possuía 4.069.380 ações e após o desdobramento passa a ter 14.000.000 de ações distribuídas proporcionalmente a participação de cada Sócio. Desse modo, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 14.000.000 e estão representadas por 14.000.000 ações ordinárias e preferenciais, com valor nominal de 1,00 cada, conforme demonstrado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024 (após o desdobramento das ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação	Capital Integralizado
Estado do Piauí	4.267.200	1.422.400	5.689.600	40,64%	5.689.600
Termogás S.A.	2.732.800	5.577.600	8.310.400	59,36%	8.310.400
Total	7.000.000	7.000.000	14.000.000	100%	14.000.000

Em 31 de dezembro de 2023:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total de Ações	% Participação	Capital Integralizado
Estado do Piauí	886.196	295.399	1.181.595	40,64%	4.065.087
Termogás S. A	567.538	1.158.335	1.725.873	59,36%	5.937.587
Total	1.453.734	1.453.734	2.907.468	100%	10.002.674

b. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionistas	2024 Movimentação	Integralização	2023 Movimentação	2022
Termogás S.A	1.292.964	949.760	(2.372.813)	2.716.017
Governo do Estado do Piauí	722.650	487.680	(1.624.513)	1.859.483
	2.015.614	1.437.440	(3.997.326)	4.575.500
				1.550.000
				3.025.500

Em 23 de Abril de 2019, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, através da 38ª Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor R\$ 750.000, com subscrição de 218.000 ações distribuídas para cada acionista proporcional às suas participações.

Em 24 de Abril de 2020, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, através da 39ª Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor R\$ 750.000, com subscrição de 218.000 ações distribuídas para cada acionista proporcional às suas participações.

Em 30 de Março de 2021, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, através da 40ª Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor R\$ 750.000, com subscrição de 218.000 ações distribuídas para cada acionista proporcional às suas participações

Os valores aportados em 2019, 2020 e 2021 conforme deliberados em Assembleia Geral Extraordinária pelos acionistas serão subscritos e integralizados após registro das 38ª, 39ª e 40ª Atas de Assembleia Geral Extraordinárias na Junta Comercial do Piauí.

A Companhia integralizou o montante de R\$ 3.997.326 em 2024. Restando R\$ 578.174 a serem integralizados na data da emissão destas demonstrações. A integralização foi realizada através de deliberação da 46ª Assembleia Geral Extraordinária na qual a ATA correspondente foi registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí em maio de 2024.

Os valores relativos a AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para o ano de 2024 foram de R\$ 487.680 para o acionista Governo do Estado do Piauí e de R\$ 949.760 para o acionista Termogás S/A.

14. Despesas Gerais e Administrativas

	2024	2023
Despesa com Pessoal (i)	745.647	1.098.967
Serviços Profissionais	108.737	92.774
Telefones e Energia	415	2.108
Aluguéis e Condomínios	16.169	32.716
Depreciação e Amortização	4.774	5.377
Locação de Veículos	27.600	69.000
Combustíveis/Lubrificantes	19.134	29.353
Diárias	85.440	125.165
Manutenção e Conservação	45.315	57.889
Softwares	20.843	24.862
Passagens e Hospedagem	26.936	44.507
Material de Expediente	9.880	7.930
Outras Despesas	18.406	15.589
	1.129.296	1.606.237

A GASPISA realiza o pagamento direto dos honorários do Diretor-Presidente. O Sócio TERMOGÁS S.A. é reembolsado mensalmente, referente a honorários e encargos sociais, relativos ao pagamento do Diretor Técnico e Comercial (DTC) e do Diretor Administrativo e Financeiro (DAF). Previsto, ainda, o pagamento de 1/3 de Férias e Gratificação Natalina para o Diretor-Presidente e o reembolso dos mesmos valores ao Sócio TERMOGÁS S.A.. A Companhia faz o pagamento direto dos honorários referentes aos 08 Conselheiros, sendo 05 membros do Conselho de Administração e 03 membros do Conselho Fiscal, no valor de R\$ 600 cada.

15. Resultado Financeiro Líquido

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicações Financeiras	16.056	2.408
Juros Ativos	-	352
Outras Receitas Financeiras	77	-
	16.133	2.760
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(4.664)	(5.616)
Despesas Bancárias	(1.978)	(1.913)
IOF	(119)	(213)
Multas Moratórias	(1.278)	-
	(8.039)	(7.877)
Resultado Financeiro Líquido	8.094	(5.117)

16. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e outras obrigações. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Fornecedores e Outras Obrigações: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições.

a. Risco de crédito

A Companhia não possui risco de concentração e de crédito dos clientes, em função de encontrar-se em fase inicial de suas operações.

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

c. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital são oferecer retorno aos seus quotistas e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

e. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada a seguir e não há instrumentos financeiros classificados em outras categorias além dos informados:

- Os passivos financeiros não derivativos são demonstrados como passivos pelo custo amortizado, sejam eles; fornecedores e outras obrigações.
- Os ativos não derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, sejam eles: aplicações financeiras de curto prazo.

f. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

I. Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão evidenciados no quadro abaixo:

	Nível	2024 Valor contábil	2024 Valor Justo	2023 Valor contábil	2023 Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	457.778	457.778	218.749	218.749
		457.778	457.778	218.749	218.749
Passivos					
Fornecedores	1	5.669	5.669	2.736	2.736
Partes Relacionadas	1	290.330	290.330	269.922	269.922
		295.999	295.999	272.658	272.658

g. Instrumentos financeiros por categoria

	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	2024
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixas	457.778	-	-	-
	457.778	-	-	-
Passivos				
Fornecedores	-	-	-	5.669
Outras Obrigações	-	-	-	290.330
	-	-	-	295.999
	457.778	-	-	295.999

		2023	
	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	218.749	-	-
	218.749	-	-
Passivos			
Fornecedores	-	-	2.736
Outras Obrigações	-	-	269.922
	218.749	-	272.658

* * * *

Assinado por:

Paulo Roberto Cardoso de Sousa
RE2B790CC5BA4EC

Diretor Presidente

Presidente
Paulo Roberto Cardoso de Sousa
CPF: 819.764.533-72

DocuSigned by
fodio

Diretor Comercial

Fábio Moreira Amorim
CPF: 447.025.233-68

— DocuSigned by:

foto: io Amarim
233D7715D1504E8

Diretor Administrativo Financeiro

Fábio Moreira Amorim
CPF: 447.025.233-68

Assinado por:
Carlos Ron
AFCBEEEDC5

Contador
Carlos Romão Silva dos Remédios
CPF: 760.890.963-34
CRC-PI 6332/O-PI